
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES
Secretaria Internacional
Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay
Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy
Página web: <http://www.wrm.org.uy>
Editor: Ricardo Carrere

=====
BOLETIM 101 do WRM
Decembro 2005 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
=====

O TEMA CENTRAL DESTE NÚMERO: PLANTAÇÕES DE MONOCULTURAS DE ÁRVORES

As plantações de monoculturas de árvores em grande escala estão sendo promovidas no Sul por um grande número de governos, instituições internacionais e atores corporativos. As comunidades locais estão sofrendo o impacto dessas plantações e estão lutando para recuperar o controle sobre seus territórios. Em virtude dos impactos sociais e ambientais negativos que essas plantações envolvem, o WRM organizou uma Reunião Internacional sobre Plantações (junto com a FASE-ES e o GJEP), que se realizou de 21 a 25 de novembro de 2005 em Vitória, Espírito Santo, Brasil. O encontro reuniu experiências de pessoas que trabalham em diferentes países e assuntos relacionados com as plantações. No presente boletim incluímos uma versão resumida da maioria das apresentações da reunião para compartilhar informação e análise com todos os leitores do boletim.

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- A vitória dos povos locais contra as plantações das corporações

* AVANÇOS

- Plantações: olhando atrás para avançar

* DIFERENTES PAÍSES, SIMILARES PROBLEMAS

- África do Sul – ouro verde ou desertos verdes?
- Brasil: A luta da Rede Alerta contra o Deserto Verde
- Camboja: Plantações e a morte das florestas
- Chile: a sede infinita dos florestais
- Equador: impactos da Eucapacific sobre as pessoas e seu meio ambiente
- Indonésia: o insaciável apetite da indústria da celulose

- Uganda: A Fundação FACE, o conflito do carbono e a certificação do FSC

* "SOLUÇÕES CORPORATIVAS: PLANTAÇÕES PARA SEQUESTRAR CARBONO E ÁRVORES GM

- O WRM e o Comércio do Carbono
- Árvores GM na reunião em Vitória

* VINCULAÇÃO A OS DIREITOS DOS POVOS DEPENDENTES DAS FLORESTAS

- A Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas: ligar a luta contra as plantações aos usos locais alternativos das florestas

* A DECLARAÇÃO DE VITÓRIA

- A Declaração de Vitória em Apoio às Lutas dos Povos Locais Contra Plantações de Árvores em Grande Escala

* NOSSA OPINIÃO

- A vitória dos povos locais contra as plantações das corporações

“O nome da cidade de Vitória, no Brasil, deriva da “vitória” dos portugueses colonialistas contra os habitantes indígenas originais da terra. Atualmente, o mesmo nome tem um significado totalmente diferente. Os indígenas Tupinikim e Guarani têm retomado as terras que lhes foram roubadas pela gigante corporação de fábricas de celulose Aracruz Celulose. Outras comunidades locais e organizações da sociedade civil que, através da união na luta têm debilitado o poder da companhia, se têm unido à luta contra a companhia e suas fábricas. Portanto, se têm transformado em um símbolo de vitória para os povos do mundo inteiro que estão lutando contra corporações similares.”

O parágrafo supra é o parágrafo inicial da “Declaração de Vitória” (vide texto completo neste boletim), emitida em 24 de novembro por representantes de organizações da África, da Ásia, da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos, que assistiram à Reunião Internacional sobre Plantações organizada pelo WRM, FASE-Espírito Santo e o Global Justice Ecology Project.

A importância simbólica da vitória de duas comunidades indígenas “débeis” contra uma companhia “poderosa” foi decisiva para escolher a cidade de Vitória para realizar esse encontro reuniu pessoas que lutam pelos direitos das comunidades locais no mundo inteiro contra o poder de corporações similares.

Mas, o que é mais importante, a reunião objetivava a identificação das razões desta e de outras vitórias, como forma de fortalecer a campanha mundial contra as monoculturas de árvores em grande escala.

Além de aprender da experiência da luta no Brasil, os participantes intercambiaram as constatações de uma série de estudos de caso sobre diferentes tipos de plantações na África do Sul, Uganda, Equador, Chile, Camboja e Indonésia (resumidos nos artigos pertinentes que seguem).

A reunião também discutiu amplamente as estratégias para enfrentar a nova ameaça que envolvem as árvores geneticamente modificadas, que poderia eventualmente resultar no uso dessas árvores nas plantações industriais (vide artigo pertinente). Também foram tratados outros assuntos como as plantações como sumidouros de carbono, as campanhas no norte sobre o consumo de papel, certificação e estratégias alternativas para o uso de florestas comunitárias.

O que é ainda mais importante, os participantes puderam interagir diretamente com o povo local que luta contra as plantações, incluindo uma visita de campo aos povos indígenas Tupinikim e Guarani em suas terras recuperadas e a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que lutam para ter acesso à terra atualmente ocupada pela Aracruz Celulose (vide artigo sobre Brasil). Depois de sofrer o horrível fedor da grande fábrica de celulose da Aracruz Celulose, essas visitas forneceram esperança real -como estabelece o Fórum Social Mundial- de que um outro mundo é possível. Esse novo mundo possível está crescendo atualmente no lugar menos esperado: atrás das intermináveis e monótonas fileiras das plantações de eucaliptos.

Logicamente, a vitória dos povos locais contra as plantações das corporações não é fácil, mas o exemplo de Vitória evidencia que é possível. Pode levar anos -como aconteceu neste caso- mas se as pessoas estiverem suficientemente determinadas, a vitória pode ser delas - como aconteceu neste caso.

* AVANÇOS

- Plantações: olhando atrás para avançar

Os impactos negativos das plantações de árvores sobre as florestas e os povos que moram nelas foi salientado pela WRM desde sua criação em 1986. A “Declaração de Penang em 1989, que apresentou a visão compartilhada pelos membros da WRM. Identificou as plantações de árvores como “ parte integral das políticas e das práticas que levam ao desmatamento no mundo afora em nome do desenvolvimento”.

O anterior não foi uma “descoberta” intelectual, foi o resultado da identificação de lutas locais que foram levadas adiante na Índia contra as plantações de árvores. A análise dessas lutas e o apoio dado a elas levou à WRM a incluir o tema na sua agenda.

Enquanto as plantações de árvores eram ainda consideradas pela maioria das organizações governamentais e não governamentais como algo positivo impulsionado na forma de “florestas plantadas”, um número cada vez maior de comunidades, que sofreram os impactos dessas plantações, começaram a reagir. A WRM se envolveu apoiando lutas anti-plantações em países como Tailândia, Chile, Brasil, Indonésia, Malásia e outros.

Em 1993, a Oficina Regional da Ásia do Sudeste sobre Plantações foi realizada nas Filipinas, reuniu pessoas da região e de América Latina para, conjuntamente, bolar ações futuras. Um ano depois, discussões a respeito das plantações no encontro da WRM realizado na Índia levaram à decisão de realizar um estudo minucioso dos atores que impulsavam as plantações e dos impactos ambientais e sociais das plantações de árvores. O resultado final do estudo – o livro “Pulping the South” (O papel do Sul) – virou a ferramenta principal para as ações que visam se opor às plantações.

No seu encontro em 1998 no Uruguai, a WRM decidiu lançar uma campanha internacional contra as plantações, o que se refletiu na Declaração Montevideu que disse “Por causa dessas preocupações, nós garantimos nosso apoio a uma campanha internacional que vise a:

- * apoiar os direitos das populações locais e as lutas contra a invasão das suas terras pelas plantações
- * promover a consciência a respeito dos impactos negativos tanto na sociedade quanto no meio ambiente das monoculturas de árvores industriais, em longa escala, e
- * mudar as condições que fazem com que essas plantações sejam possíveis”.

Desde esse momento, a WRM tem apoiado a oposição às plantações em um número cada vez maior de países, incluindo Brasil, Chile, África do Sul, Suazilândia, Uganda, Tailândia, Camboja, Vietnã, Laos, Índia, Colômbia, Venezuela, Equador, Uruguai e outros.

As experiências nesses países e também em outros têm sido documentadas e analisadas pela WRM considerando diferentes tipos de monoculturas de árvores: árvores para a produção de celulose, dendezeiros e sumidouros de carbono. Se redigiu uma grande quantidade de livros, relatórios e artigos visando compartilhar essas experiências com outras populações afetadas pelas plantações.

Ao mesmo tempo, a WRM tentou ativamente incorporar o tema das plantações em processos internacionais, como por exemplo o Painel e Forum Intergovernamental das Nações Unidas a respeito das Florestas, a Convenção sobre mudanças climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Grandes esforços têm sido levados adiante no tema emergente dos “plantios como sumidouros de carbono” promovido pela Convenção sobre Mudanças Climáticas. Em 2000, a WRM resumiu sua posição na Declaração de Mount Tamalpais, que explicava as quatro razões principais para se opor à inclusão de plantações como “sumidouros” no Protocolo de Kyoto para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo:

“- Usando “sumidouros” para ajudar os países do norte a atingir os alvos de reduções de emissões estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto não se pode promover um clima suportável desde que esses níveis são em si próprios insuficientes para consegui-lo.

-Comerciando emissões por árvores como sumidouros de carbono poderia de intensificar regressivamente a redistribuição dos recursos mundiais.

- Plantações industriais de árvores em larga escala são uma ameaça para comunidades e ecossistemas no mundo todo.
- Utilizar projetos de plantios para “compensar” os efeitos climáticos das emissões de dióxido de carbono é cientificamente incoerente e são confirmações da interferência da política externa nas políticas sociais dos países hospedeiros”.

No mesmo ano a WRM publicou o relatório “O mercado de carbono: plantando novos problemas” com o intuito de providenciar às pessoas análises relevantes sobre um tema até esse momento relativamente desconhecido. Dois anos depois, a WRM criou Sinks Watch para monitorar de perto e se opor à promoção das plantações como sumidouros de carbono no Protocolo de Kyoto.

O tema da certificação de plantações de árvores foi outra área importante de trabalho para a WRM. Desde que as lutas das comunidades locais contra as plantações foram debilitadas pela certificação dessas mesmas plantações, a WRM começou a documentar esses casos e a esplanhar análises e informações baseadas neles. O principal objetivo era influenciar o Conselho de Manejo Florestal. Em setembro de 2004, o FSC (Conselho de Manejo Florestal, pela sua sigla em inglês) iniciou um processo de "Revisão da Certificação de Plantações”, o que foi um resultado de grande alcance das críticas como as promovidas pela WRM.

Mais um novo tema veio à tona: árvores geneticamente modificadas. A WRM trabalhou conjuntamente com muitas outras organizações se opondo à liberação das árvores GM, entre outras o Projeto Global de Justiça Ecológica e Amigos da Terra Internacional. O livro “Árvores Geneticamente Modificadas: a derradeira ameaça às Florestas” foi publicado em 2004.

No mesmo momento que todas estas atividades estavam sendo levadas adiante, a WRM promoveu ativamente atividades em redes regionais para fortalecer a campanha. A WRM foi instrumental na criação da Rede Latino Americana contra a Monocultura de Árvores. Na África do Sul, a WRM trabalhou em estreita colaboração com a coalisão Timberwatch e facilitou os vínculos com a vizinha Suazilândia. Na região do Mekong a WRM apoiou TERRA agrupando organizações da região com o intuito de criar uma rede sub-regional. Na Indonésia, a WRM colaborou com WALHI e outras na organização de uma reunião regional para tratar das plantações realizada em 2004.

Avançando

A pesar de todas as atividades acima mencionadas, o fato é que as plantações ainda estão avançando em muitos países. No mesmo momento, novas ameaças estão surgindo: mais e mais fábricas de celulose estão sendo construídas no sul, o consumo de papel e de azeite de dendê está crescendo, os dendezeiros e a plantação de madeira para construção estão na mira para a produção de biodiesel, plantações de sumidouros de carbono e árvores geneticamente modificadas estão sendo oficialmente promovidas pela Convenção de Mudanças Climáticas, os governos continuam a facilitar a expansão das plantações.

No entanto, a situação mudou dramaticamente em muitos aspectos: a percepção do público a respeito das plantações é cada vez mais negativa, as plantações como

“florestas” estão sendo questionadas, informações básicas e análises estão facilmente disponíveis, a certificação de plantações está à defensiva, a oposição organizada é muito mais forte em muitos países.

Em termos futebolísticos, na década de 80 os promotores das plantações ganhavam para nós 3 a 0. Hoje, o marcador é 3 a 2. O que se necessita para nós empatarmos e depois ganharmos para eles?

- fortalecer a oposição local e regional, juntando todos os atores relevantes.
- mais colaboração sul – sul e norte - sul
- mais trabalho em equipe e mais forte, tanto regional quanto internacional
- campanhas no norte sobre consumo, sobre Instituições Financeiras Internacionais, sobre políticas que promovem plantações no sul
- campanhas no sul para mudar as políticas governamentais que favorecem a expansão das plantações

Um dos principais objetivos na reunião internacional sobre as plantações em Vitória, Brasil foi compartilhar o conhecimento, a experiência e as idéias dos participantes do mundo afora para fazer o acima mencionado possível.

*** DIFERENTES PAÍSES, SIMILARES PROBLEMAS**

- África do Sul – ouro verde ou desertos verdes?

“Os camponeses são muito conhecedores mas não têm diplomas. Também não falam com a linguagem “certa”. Este estudo me ajudou para fortalecer a comunidade. Eu me vejo como a voz dos sem voz, comprometido com a luta pela elevação da dignidade de nosso povo” disse John Blessing Karumbidza, começando sua apresentação em Vitória. Nascido na região rural de Zimbábue, Karumbidza é um dos mais novos leitores em História Econômica na Universidade de KwaZulu-Natal em Durban. Ele foi indicado pela Timberwatch para fazer uma pesquisa dos impactos das plantações de árvores nas comunidades rurais em KwaZulu – Natal província da África do Sul.

Embora os impactos ambientais não fossem uma parte específica da pesquisa, Karumbidza percebeu que “as considerações e os impactos ambientais são temas que influenciam todos os outros, são relevantes ao considerarmos os impactos sociais, culturais e econômicos. Na vida da comunidade rural típica da área é difícil separar problemas sociais, culturais, econômicos e políticos, um dos outros e dos ambientais.”

A indústria de plantações na África do Sul afirma que está criando novos empregos. Quando demite trabalhadores e contrata subempregados para fazer o trabalho (com salários menores) chama isso de “fortalecimento”. Declara que está desenvolvendo infraestrutura, por exemplo caminhos. Declara que está colocando dinheiro no bolso das comunidades rurais e fazendo uma contribuição substancial à economia nacional. Declara que está preservando o meio ambiente.

A pesquisa de Karumbidza desvendou uma história diferente, de despejos, restabelecimento e deslocamento. Comunidades que foram despejadas para deixar caminho às plantações e receberam ora uma inadequada compensação ora nenhuma compensação. Seus novos estabelecimentos tinham terras insuficientes.

A comunidade Sabokwe em Richards Bay está hoje completamente rodeada por plantações de eucaliptos. “Um mar de nada”, como descreveu as plantações um dos membros da comunidade. “Nós nos sentimos dentro de uma armadilha localizados tão perto dessas plantações tão enormes.” Disse um habitante de Sabokwe a Karumbidza.

“Nós choramos porque nossas crianças não têm nem roupas nem sapatos,” disse outro morador. “A vida tem sido difícil desde que chegaram as árvores.”

Os moradores estão preocupados porque eles não têm terras suficientes. Eles não podem produzir suficientes alimentos para viver e os jovens estão preocupados porque seus pais não poderão deixar terra nenhuma para eles quando crescerem.

A senhora Ziqubu, uma das mulheres mais idosas em Sabokwe, disse a Karumbidza a respeito dos problemas que eles têm com a água: “A coisa é que nós competimos pela água com essas plantações. Elas gastam muita água. Eu me lembro que quando nós chegamos aqui em 1996 o rio que ficava perto do nosso jardim corria perenemente porque os eucaliptos não estavam aqui.”

“O problema da água é tão crucial quanto o acesso à terra mesma”, continua ela. “Você pode ter terra, mas sem água é muito pouco o que se pode fazer com a terra. Então nós estamos aqui no meio de um deserto criado pela indústria das plantações.”

Slovoville é um campo de intrusos que fica perto de KwaMbonambi. É o lar de cerca de 2000 pessoas que moram em pequenas casas construídas com restos de madeira, plástico preto, pneus e qualquer outra coisa que possam pegar. Há apenas um único tubo de saída de água para a comunidade toda.

As primeiras pessoas se estabeleceram em Slovoville na década de oitenta, quando Mondi e Sappi entraram em um frenesi de compra de terras. Os brancos donos de sítios venderam suas terras, pegaram o dinheiro e foram embora. Os negros que tinham trabalhado nos sítios ficaram sem lugar nenhum onde ir com exceção dos campos de intrusos como Slovoville. Desde então outras pessoas foram ao assentamento, incluindo pessoas de Moçambique que vieram da África do Sul à procura de trabalho enquanto outros fugiam da violência política em Zululand.

Tanto Mondi quanto Sappi driblaram sua responsabilidade com respeito às pessoas que moram em Slovoville. Depois que um incêndio assolou o assentamento, nenhuma das companhias providenciou qualquer ajuda, nem apenas madeira para ajudar a reconstruir as casas.

Timberwatch organizou uma reunião com representantes das comunidades e ONGs locais em novembro de 2005 para discutir a pesquisa de Karumbidza. Depois de apresentar os fatos que tinha encontrado, Karumbidza perguntou se tinha havido algum benefício para as comunidades provindo das plantações. Ninguém dos presentes conseguiu mencionar nenhum benefício. “As plantações causaram fome não benefícios”. Disse um morador. “Não deveria haver nenhuma plantação perto da

comunidade nem perto da vila,” acrescentou outro morador. Eles elaboraram um elenco dos problemas causados pelas plantações, incluindo o impacto da água, a redução das terras aráveis e de pastoreio, o impacto sobre os solos, a redução das árvores nativas e frutíferas, a redução de ervas medicinais e o fato das plantações providenciarem um lugar para os criminosos se esconderem.

Na discussão que veio logo após, uma moradora explicou que nem mesmo as pessoas que tinham trabalhado durante 20 anos para as companhias das plantações tinham se beneficiado. “Eles não podem mostrar coisas boas nem posses que eles tenham conseguido com seus salários, com os contratos que eles têm feito, não há nada,” disse ela. “Nós deveríamos nos liberar dessas plantações.”

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de

- Brasil: A luta da Rede Alerta contra o Deserto Verde

A recente reunião internacional do Movimento Mundial pelas Florestas para fazer um balanço das suas atividades e uma re-elaboração das suas estratégias no combate às plantações industriais de monoculturas de árvores em larga escala, escolheu um lugar simbólico para seu encontro – o Estado do Espírito Santo, Brasil.

Foi neste Estado que, em 1999, nasceu uma rede de resistência contra as plantações de eucalipto – *Rede Alerta contra o Deserto Verde*. Ela se constituiu a partir da luta concreta de comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto, que somou-se a um amplo grupo de cidadãos, entidades, movimentos sociais, pastorais e igrejas, dispostos a apoiar essa luta e convictos de que é preciso enfrentar o atual modelo de desenvolvimento, baseado em grandes projetos concentradores de renda e de terra, como é o eucalipto usado na produção de celulose de exportação. Este modelo que separa o ser humano da natureza, forma os chamados `desertos verdes`, enormes plantações árvores de rápido crescimento, mas sem fauna, sem flora, e sem gente.

O ano de 2005 foi fértil para a Rede Alerta contra o Deserto Verde, com grandes mobilizações contra as plantações industriais de árvores, sobretudo no Espírito Santo com as lutas pela terra das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nas visitas à campo que fizeram parte da programação do encontro, os participantes conheceram à aldeia Córrego do Ouro, no município de Aracruz, reconstruída dentro dos 11.009 hectares de terra indígena Tupinikim e Guarani auto-demarcadas pelos próprios índios em maio deste ano. Na nova aldeia já vivem quatro famílias Tupinikim, sem água, luz e pouca comida, mas com muita esperança, mostrando na prática a viabilidade da alternativa pela qual lutam – substituir plantios de eucalipto por plantios de alimentos e árvores nativas, e construir as condições para viver em liberdade.

As lideranças indígenas relataram como a monocultura de eucalipto, sobre as terras indígenas, alterou sua cultura, suas tradições e o seu modo de vida e destruiu a natureza da qual dependiam para sobreviver. Impactos que os forçaram a um acordo de `Fomento Florestal` com a Aracruz Celulose. O `Fomento Florestal` é, globalmente, a

mais nova estratégia das empresas do setor para `integrar` o produtor rural ao agronegócio do eucalipto e celulose.

Os Tupinikim e Guarani continuam lutando pela demarcação oficial das suas terras, ainda não realizado pelo Governo Federal. Precisam do apoio de todos(as) nesta queda-de-braço com a maior produtora mundial de celulose de eucalipto.

Na segunda visita a campo, outra experiência de luta concreta, agora no acampamento de trabalhadores rurais sem terra, ligados ao MST, em Vila do Riacho, Aracruz. Mais de 100 famílias ocupam desde o mês de setembro uma área da Aracruz Celulose de 8.500 hectares no município de Aracruz. Os ocupantes são trabalhadores expulsos da terra pelo agronegócio, que sonham retornar para o meio rural e produzir seu próprio alimento.

Só nesta área, pelo menos 400 famílias poderiam ser assentadas. Vale destacar que neste momento, os governos federal e estadual estariam realizando estudos, conforme prometeram, para identificar se esta área é produtiva e quanto das chamadas `terras devolutas` - terras sem documentação que pertencem, por lei, ao Estado – estão entre os 8.500 hectares. `Terras devolutas` não podem ser entregues a empresas privadas, têm de ser usadas para fins sociais, ou seja, para reforma agrária.

A resistência do MST proporciona esperança a estas famílias. Elas relatam as perseguições sofridas por recolher restos de eucalipto nas plantações da Empresa. Com estes restos as famílias produzem carvão para ajudar no sustento dos filhos. Falam, com dignidade e firmeza, da importância da organização para enfrentar a luta contra o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro – o do agronegócio e do latifúndio.

A organização é o caminho para as comunidades impactadas pelo deserto verde a lutarem por seus direitos e para mostrar à sociedade que, se por um lado os grandes projetos industriais, como a Aracruz Celulose, são perversos e sem futuro, por outro lado há alternativas justas e possíveis que podem surgir da articulação e intercâmbio daqueles destituídos de suas terras – indígenas, trabalhadores sem terra, camponeses e quilombolas. A Rede Alerta contra o Deserto Verde se propõe a ser um espaço que permite a troca de experiências e fortalecimento das lutas de quem resiste.

Por Winfried Overbeek, FASE-ES, e-mail: winnie.fase@terra.com.br

- Camboja: Plantações e a morte das florestas

Os promotores das plantações de árvores com fins industriais alegam que as plantações constituem “reflorestamento”, que aumentam a área de florestas, que providenciam trabalhos para os povos locais, ou reduzem a pressão sobre as florestas naturais. A realidade no Camboja evidencia que esses argumentos são apenas propaganda.

O Primeiro Ministro do Camboja, Hun Sen, tem entregue vastas áreas de concessões de terras, muitas delas para seus conhecidos comerciais e amigos. Apesar de que a Lei de Terras do Camboja de 2001 limita o volume das concessões de terras para 10.000 hectares, muitas das concessões ultrapassam de longe essa superfície.

Em novembro de 2004, Peter Leuprecht, Representante Especial para os Direitos Humanos no Camboja do Secretário Geral das Nações Unidas, emitiu um relatório sobre as concessões de terras da perspectiva dos direitos humanos. No prefácio, Leuprecht escreveu: "A situação que achei me abalou. Outorgaram-se às companhias direitos sobre a terra que são muito similares com a propriedade. No entanto, elas têm pouca ou nenhuma consideração pelo bem-estar; e contribuem pouco, se tanto, com as rendas gerais do estado. Tenho concluído que as políticas estão erradas. Elas não estão reduzindo a pobreza no Camboja e estão permitindo o saqueio contínuo de seus recursos naturais."

A pesquisa recente encomendada pelo WRM nas províncias de Koh Kong, Pursat e Kompong Chhnang confirmaram os problemas.

A primeira vez que as comunidades locais souberam sobre a plantação de acácias de 18.300 hectares planejada para o Parque Nacional de Bokum Sakor foi quando um comboio de caminhões madeireiros, bulldôzers e escavadeiras estrondaram no parque em março de 2004. A companhia que possui a concessão, a Green Rich (agora conhecida como Green Elite) é de propriedade da Freeland Universal Limited, uma companhia registrada nas Ilhas Virgens Britânicas, com escritórios em Hong Kong. Os escritórios da Asia Pulp and Paper Hong Kong estão localizados no mesmo endereço que a Freeland Universal Limited.

A Green Rich estabeleceu um acampamento madeireiro dentro de Bokum Sakor, em uma área de floresta de melaleuca madura na margem sul do Rio Prek Khai. Os trabalhadores começaram a cortar a floresta, a construir escritórios e residências e a estabelecer os alicerces de uma fábrica de lascas de madeira. A Green Rich não tinha as aprovações necessárias de acordo com a Lei Florestal, a Lei sobre Proteção dos Recursos Naturais e o Sub-decreto sobre Avaliações do Impacto Ambiental. A companhia cortou várias centenas de hectares de floresta de melaleuca e mangues – dentro de um Parque Nacional.

As condições para os trabalhadores eram péssimas. A Green Rich contratou sub-empregueiras madeireiras do nordeste do Camboja para que trouxesse trabalhadores e equipamento para Bokum Sakor. As sub-empregueiras encheram o preço dos alimentos e da água para os trabalhadores. Muitos deles acharam que tinham que pedir emprestado dinheiro às sub-empregueiras para poder sobreviver. Vários trabalhadores fugiram, nadando pelo Rio Prek Khai à noite ou caminhando dezenas de quilômetros através da floresta de mangue. Defensores dos direitos humanos e a polícia local ajudaram dezenas de trabalhadores a escapar.

Em maio de 2004, Mok Mareth, o Ministro do Meio Ambiente, emitiu uma ordem para a gerência da Green Rich de cese de todas as atividades até que tenha apresentado uma Avaliação do Impacto Ambiental. A Green Rich ignorou a ordem e continuou suas operações. Finalmente, em dezembro de 2004, o Ministro do Meio Ambiente anunciou que estava iniciando uma ação legal contra a Green Rich por USD 1 milhão por danos e reparações. A ação legal foi abandonada em finais de 2005 quando o Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca disse para o tribunal que ele tinha autorizado a companhia a operar.

O ano de 2004 também testemunhou o começo das operações de plantação da companhia chinesa Wuzhishan nas províncias de Pursat e Kompong Chhnang. A Pheapimex, sócia cambojana da Wuzhishan, recebeu a adjudicação de uma concessão de 300.000 hectares para uma plantação de eucalipto em 1997, durante um período de agitação pouco depois de um golpe de estado, no que Hun Sen expulsou seu sócio de coalizão Norodom Ranariddh. A Green Rich também assinou seu contrato de concessão durante o mesmo período. A Wuzhishan, a Pheapimex e a Green Rich têm vínculos estreitos com o Primeiro Ministro ou seu séquito.

A Pheapimex tem concessões que abrangem sete por cento do Camboja e possui os direitos de todos os depósitos de ouro no país, com a exceção de apenas um. Os antecedentes da Pheapimex incluem atividade madeireira ilegal, sonegação de royalties e de impostos, e forçamento dos povos locais para que entreguem as florestas das que dependem.

Em 2000, quando a Pheapimex começou a cortar uma área de floresta comunitária na Comuna Ansar Chambok na Província de Pursat, os povoadores resistiram com sucesso, iniciando ações judiciais desafiando o governo para que sustentasse a lei e bloqueando fisicamente o caminho à floresta. Durante três anos, a Pheapimex não levou a cabo mais trabalhos no sítio.

No entanto, em novembro de 2004, centenas de trabalhadores da Wuzhishan chegaram a Ansar Chambok. Começaram a derrubar a floresta, a construir caminhos na floresta e a estabelecer um viveiro de árvores. Situações similares aconteceram na Província vizinha de Kompong Chhnang.

"Eu tenho oito filhos. Se a floresta acabar e se eles se apossarem de minha terra, não terei nada para eles" disse um povoador para os pesquisadores. Mais uma vez, os povoadores de Ansar Chambok tentaram deter a destruição de sua floresta comunitária. Eles montaram uma guarda do maquinário, para evitar que os buldôzers ingressassem na área da concessão. Uma noite alguém lançou uma granada para um grupo de povoadores que dormiam e feriu oito deles.

A polícia local acusou os povoadores de terem lançado a granada eles mesmos. O Primeiro Ministro o considerou um truque publicitário: "O objetivo do ataque da granada, no que algumas pessoas foram feridas e ninguém morreu, apenas objetivava uma maior publicidade."

A extração de resina é uma das fontes de renda mais importantes dos povoadores. A Wuzhishan tem cortado as árvores de resina dos povoadores. "Tenho receio de perder tudo. Tenho três hectares de terra, mas o chefe da vila me disse que estão todas na concessão. Eu tinha 50 árvores de resina, mas agora restam apenas 20. Trinta de minhas árvores foram cortadas na semana passada" disse um apanhador de resina para os pesquisadores.

A obra foi detida mais uma vez, pelo menos pelo momento. Em março de 2005, a Wuzhishan demitiu seus trabalhadores e removeu o maquinário pesado de seus locais em Pursat e Kompong Chhnang.

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de

- Chile: a sede infinita dos florestais

Lumaco (que significa “Água de Lua”) é uma comuna de passeio desenhada em uma grande área de plantações florestais e comunidades empobrecidas. Oferece muito pouco para quem quiser ficar. Lumaco é parte das comunas conhecidas no Chile como florestais. A visão de futuro da comunidade expressada em seu Plano de Desenvolvimento Comunal 2000-2006 diz ansiar “uma comuna com pobreza superada, limpa e em ordem, frutífera e progressista, com desenvolvimento e unidade, com expectativas, com educação intercultural, diversa, com boa qualidade de vida para seus habitantes mapuche e não mapuche”. Passemos breve revista à sua história.

Lumaco, localizada no centro sul do país, foi conhecida como o “celeiro do Chile”. A degradação de décadas de agricultura intensiva, a transformação econômica trás o golpe militar de 1973, implementando o chamado “modelo exportador” fizeram com que a atividade agrícola deixasse de ser viável social e economicamente. Foi o contexto propício para impor um novo modelo produtivo. As condições macroeconômicas além dos subsídios estatais alentaram o desenvolvimento de uma indústria florestal baseada na monocultura para exportação.

No entanto, Lumaco com uma superfície de 111.500 hectares, nos últimos trinta anos tem sofrido uma importante redução de sua população, se em 1970 tinha 16.184 habitantes já em 2002 eram apenas 12.792, este fato deve ser comparado com o aumento de 68% da população nacional em geral. Atualmente, 68% é população rural e 70% é indígena mapuche. Há um intenso processo migratório vinculado à procura de melhores condições de vida e de trabalho.

Lumaco também apresenta elevados índices de pobreza, sendo uma das comunas mais pobres do Chile. Assim, 60% de sua população se encontra abaixo da linha de pobreza e 33% dela em extrema pobreza. São indicadores sociais relevantes: 23,7% de analfabetismo; 26,3% de deserção escolar e uma taxa de mortalidade infantil de 17,05 por mil. Isto põe em questão os supostos benefícios do modelo florestal imperante no país.

A expansão das plantações tem sido um processo explosivo. Em 1988 14% da superfície da comuna tinha plantações, mas no ano 2003 já chegava a 52,5%, tudo isso em desmedro do solo de uso agropecuário e da floresta nativa. A transformação nas formas de utilização do solo trouxe como consequência mudanças drásticas na vida, na cultura e nos ecossistemas.

Ao analisarmos a distribuição da terra, encontramos graves problemas na desigualdade. 50% dos prédios ocupa 10% da superfície comunal onde habita 80% da população rural. Em contraste, 10% dos prédios de maior superfície representam 55% da superfície comunal. Se incorporamos ao análise a qualidade das terras a desigualdade se incrementa ainda mais, 85% das pequenas propriedades se encontram em solos com escassa aptidão agrícola alta fragilidade ecológica.

Como em outras zonas de plantação intensiva, se podem observar os impactos ambientais severos que gera esta actividade: destruição da floresta nativa (fica apenas

13% da superfície original), diminuição da biodiversidade, problemas de saúde nas comunidades circundantes, poluição da água por plaguicidas e polen do pinheiro, degradação dos solos entre outros. Um aspecto crítico é o desaparecimento de fontes de água neste sector. As comunidades rurais ficam sem abastecimento de água desde o final da primavera até o início do outono. Desaparecem as vertientes, os cursos superficiais, baixa o nível dos poços; em definitiva as comunidades no campo não têm suficiente água para suas actividades agrícolas e ganadeiras nem para o consumo humano. O governo e o Município, perante esta situação de emergência, se vêem obrigados a destinar grande quantidade de recursos públicos para distribuir e abastecer de água para consumo básico às famílias vizinhas às plantações

No caso da comunidade indígena os efectos tomam outras dimensões no territorial, cultural e espiritual, já que o deterioro do mundo natural mapuche afecta a convivência humana com o espiritual. Mudanças estruturais na cultura mapuche, modificam o modo equilibrado de viver e de solucionar os problemas.

A perda do espaço territorial, agravado pelos fortes impactos e degradação ambiental produzida pela expansão das plantações, têm aberto um conflito entre a comunidade mapuche, as empresas florestais e o governo. Os processos de recuperação de terras por parte do povo mapuche a partir de 1997 põem em evidência suas precárias condições de vida. Também tem sido um espaço propício para pôr de relieve suas demandas político históricas, tanto territoriais como de reconhecimento como povo.

A resposta do Estado foi propiciar condições jurídicas e sociais para que os empresários florestais cumpram suas metas produtivas e continuem con a expansão. Por um lado represão e criminalização. Por outro, resolver pontualmente alguns problemas que provocam que as comunidades se levantem critiquem o modelo florestal. Nesta direção aponta a modificação do decreto Lei 701 que reorienta subsídios destinados antes às grandes empresas florestais a pequenos proprietários agrícolas e indígenas, e o Programa Origenes, de carácter asistencial, dirigido à comunidade indígena e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Adicionalmente, se promovem projectos locais que desnaturalizam incentivos públicos e que obrigam à reconversão de antigos agricultores à atividade florestal. Assim, esta estratégia de expansão se faz mai complexa, opera a través do chantaje político e econômico que não deixa caminhos alternativos. Se impõe à população a obrigação de pensar sua supervivência e seu futuro no marco das plantações.

Na atualidade a comuna de Lumaco vive em condições contrárias aos aseios expressados pela comunidade no começo deste artigo. Não obstante, nesta zona o povo mapuche pus de manifesto que o resguardo cultural pode ser uma estrategia relevante para enfrentar o modelo florestal, defendendo seu direito de pensar a paisaem e a natureza desde critérios próprios, e ao denunciar a presença florestal como uma invasão de seus territórios e de suas formas de vida.

Elaborado por Lucio Cuenca B. a partir do estudo do caso “Contexto económico y social de las plantaciones forestales en Chile: el caso de la comuna de Lumaco Región de la Araucanía”. WRM – OLCA, agosto 2005. Correio electrónico: l.cuenca@olca.cl

- Equador: impactos da Eucapacific sobre as pessoas e seu meio ambiente

No Equador convivem três modelos de monoculturas de árvores: o dos mal chamados “sumidouros de carbono” da fundação holandesa FASE, o das plantações de pinus nas comunidades andinas promovido por organizações vinculadas à igreja e o modelo de plantações para celulose. No presente artigo nos concentramos neste último e mais recente modelo.

Na província de Esmeraldas, a Eucapacific (Eucalyptus Pacífico S.A.) está plantando eucaliptos ativamente. É uma nova empresa que foi constituída em finais de 2000 para realizar um grande projeto de plantações de eucalipto. O projeto reúne quatro companhias japonesas (a Mitsubishi Paper Mills, a Sumitomo Corporation, a Electric Power Development, a Environmental Engineering Service) e a Waltz International e tem o objetivo de plantar milhares de hectares de eucaliptos.

O objetivo é produzir pasta e papel com base nos eucaliptos. A madeira será transformada em lascas no porto de Esmeraldas para depois ser exportada ao Japão onde será transformada em celulose e papel.

80% do investimento foi contribuído pelo governo japonês em qualidade de empréstimo. O consórcio conseguiu do governo japonês esse empréstimo, argumentado que se tratava de um projeto “ecologicamente sustentável”. De acordo com isso, a plantação de eucalipto cumpriria a função de absorver os gases de efeito estufa gerados pela Electric Power Development.

A Eucapacific se instala através de um processo agressivo de compra de terras, inicialmente a proprietários de extensões médias, de entre 500 e 2000 hectares e depois, a pequenos proprietários aos que lhes foram oferecidos bons preços pela terra e lhes foram feitas promessas de emprego. Para expandir seu controle sobre toda a área, a Eucapacific pressionou os camponeses para que vendessem as terras que ficavam isoladas no meio das propriedades da empresa. Ela fez isso cercando os terrenos e colocando guardas de segurança para impedir o livre trânsito dos camponeses pelos caminhos secundários que a companhia transnacional já tinha obstaculizado com plantações.

Freqüentemente têm havido casos nos que os camponeses são obrigados a aceitar preços irrisórios por suas terras com o simples recurso de impedir-lhes o acesso a suas propriedades comprando os terrenos adjacentes. Desse jeito, ao mesmo tempo, a empresa torna ilegal a passagem por seus domínios. Existe outro tipo de pressões pela Eucapacific, que incluem a aberta boicotagem à produção camponesa, o roubo a suas propriedades, a morte de seus animais e o descumprimento de acordos específicos. Além disso existe o amedrontamento através de ameaças de morte e o assédio às crianças da comunidade, situação denunciada na comunidade de Matambal.

O trabalho prometido à população local não se efetiva. Na sementeira de 2003 “entraram 300 pessoas de fora”. Plantaram e as pessoas foram embora “porque já não havia mais trabalho”. Dessas 300 pessoas, hoje restam apenas 10. A ajuda prometida no momento da compra de terras, principalmente referida à criação de fontes de trabalho reduz-se a “zero ajuda até agorinha”.

De outro lado, a empresa achou na modalidade do trabalho terceirizado o mecanismo pelo qual, através das empreiteiras, se libera de responsabilidades trabalhistas com os trabalhadores.

Quanto às condições reais de trabalho, as mesmas são lamentáveis. Em uma fazenda de 400 hectares entram a trabalhar aproximadamente 400 trabalhadores que vivem em um acampamento apenas se a fazenda tiver acesso a caminhos. Caso contrário são distribuídos em 3 ou mais acampamentos nas áreas de plantação. Os acampamentos com caminhos costumam ser grandes, separados em barracas de trinta a quarenta homens com beliches de três camas. Nas barracas, feitas de madeira de má qualidade com tetos de zinco, não há sanitários e nas que há, são seis a dez sanitários, com fossas sépticas que se enchem em uma semana, provocando-se um sério problema de insalubridade: os dejetos desbordam transformando-se em criatórios de mosquitos transmissores de febre tifóide e malária.

Os insumos químicos (herbicidas, inseticidas, adubos) são colocados junto às salas de jantar e sob os acampamentos expondo os trabalhadores à poluição. Os acampamentos dispersos no mato são de teto e paredes de plástico de não mais de cinco por cinco metros, nos que moram seis pessoas. Não possuem qualquer serviço básico. Utilizam-se as casas dos antigos donos das propriedades e nos centros povoados as casas comunais.

Não existe água potável nos locais de trabalho, nenhum tipo de assistência médica, não há acesso a remédios nem a meios de transporte para que em caso de emergência seja possível acudir ao centro de saúde mais próximo. São frequentes as doenças por intoxicação causada pelos produtos químicos usados. Os trabalhos florestais produzem frequentes acidentes de trabalho que são atendidos pelo patrão sob o lema “cure-se como puder”. Em cada prédio há entre dois e três trabalhadores doentes por dia. Na Eucapacific ocorreram mortes, como no acampamento do empreiteiro Tito Zambrano no prédio Quitito. Ocorreu também a morte de um empreiteiro chamado Ramón Zambrano.

Não existe continuidade no trabalho. Muitas pessoas são contratadas nas fases iniciais da plantação. Isso implica um período médio de três a quatro meses, depois do que acontece uma demissão massiva de trabalhadores. A remuneração por 22 dias de trabalho contínuo de 8 horas diárias é entre cinco e seis dólares, dando uma média de 133 dólares, que é inferior ao salário básico. Os dias feriados não são remunerados. Os dias nos que um trabalhador está doente não são pagados. O custo da comida é descontado do salário e é de péssima qualidade.

Além do que antecede há outros impactos das plantações. Pouco tempo depois de implantados os eucaliptos, já começam a notar-se seus impactos sobre a água. As pessoas dizem que “há rios que estão virando totalmente secos. Já não há peixinhos nem nada”. Além disso está a poluição e agora a água está suja e poluída com produtos químicos. Isso tem acarretado doenças entre a população local. Em determinadas ocasiões tem acontecido que “o rio fede” porque “envenenaram o rio e os camarões e peixes mortos fedem”.

De outro lado cabe apontar que a Eucapacific, apesar de ter designado áreas de proteção da biodiversidade e das bacias hidrográficas dentro de suas propriedades, realizou nelas plantações, destruindo assim os objetivos de proteção estabelecidos.

Vários cursos de água onde estão as plantações da Eucapacific desembocam nos mangues e a reprodução e sobrevivência de espécies endêmicas do ecossistema de mangues são afetadas.

Fumigam com herbicida que ao chover, por lixiviação, se desvia para os rios e esteiros, matando os camarões e tudo que encontrar a seu passo. Sabe-se também que as bombas de fumigação são lavadas nos rios. Deram-se casos de envenenamento, como por exemplo o que aconteceu em Las Delicias (Quinindé), onde a empresa comprou 40 hectares onde plantou eucaliptos. Para evitar que as formigas cortadeiras comessem as plantas, molharam bananeiras com veneno NUBAN e as colocaram ao redor das árvores. Muitos animais domésticos as comeram e morreram.

Devido ao uso de agroquímicos, registraram-se casos de intoxicações produzidas pelo fato de tomar banhos nos rios Península e Tortuga. Um dado importante é que a população de Tortuga, consome a água do rio que leva o mesmo nome, onde sempre há peixes mortos por envenenamento. Além disso, os cultivos como as bananeiras, se infetam com pestes por falta de água, já que os eucaliptos secam a água das fontes e rios.

Ao diminuírem os caudais da água, já quase não se vêem espécies tais como os *jaibos* (navalheiras), caranguejos, *guariches* (caranguejos de mangue). Os povoadores de Tortuga dizem: “Temos tido duas pragas, dois inimigos, a camaroneiras naquela época e agora os eucaliptos”

O resultado desse modelo é evidente: nas áreas plantadas as pessoas descrevem a situação dizendo que “a vida lá é péssima. É triste”. Os que não venderam suas terras vivem no meio de ameaças, de receio de perder os meios de sobrevivência (especialmente caça), da migração para as cidades, do fechamento de caminhos de uso ancestral (e o conseguinte “fechamento” dentro das plantações) e da falta de oportunidades de emprego.

Por: Ivonne Ramos, Acción Ecológica, e-mail: cbosques@accionecologica.org

- Indonésia: o insaciável apetite da indústria da celulose

Asia Pulp and Paper (APP) é uma das maiores empresas de celulose e papel do mundo. Esta empresa é responsável pelo desmatamento em grande escala das florestas da Indonésia. Além disso, APP tem gerado na Indonésia uma quantidade de conflitos ainda não resolvidos com as comunidades locais.

Uma pesquisa de próxima publicação realizada por Rully Syumanda, ativista pelas florestas de Amigos da Terra Indonésia/WALHI, e Rivani Noor da Aliança Comunitária contra a Indústria da Celulose (CAPP), documenta o historial preto da empresa em Sumatra.

"Aqui na Indonésia estamos enfrentando muitíssimos desafios com respeito à destruição das florestas, incluídas as plantações de árvores e a indústria do dendezeiro", disse Syumanda no começo da sua apresentação. Na Indonésia há sete plantas de celulose, 65 fábricas de papel e 10 fábricas de celulose e papel. Nós nos centraremos na maior de todas, a fábrica de celulose e papel de APP em Riau. "Teremos problemas por causa dos planos da APP de se converter no maior exportador mundial de celulose e papel", disse Syumanda, e acrescentou: "O governo da Indonésia apoia o crescimento desta indústria".

Os técnicos florestais que trabalham na APP alegam que a empresa está estabelecendo plantações a grande velocidade para poder alimentar suas fábricas de celulose sem ter que seguir talando as florestas primárias. "A APP é o xodó do Departamento de Florestas", disse Syumanda, "porque o madeiro, as plantações, a polpa e o papel dominam tudo".

Mas esta indústria não é séria no que tem a ver com o desenvolvimento das plantações. As plantações seguem suministrando apenas 30% da matéria prima necessária. O madeiro destrutivo ou ilegal proporciona grande parte do resto. A APP está convertendo florestas em plantações. A empresa tem utilizado subsídios do fundo de reabilitação que deveriam ter sido usados para a recuperação das zonas de florestas. Grandes superfícies das concessões da APP se superpõem com terras comunitárias.

Syumanda explicou que o problema principal é o excesso de capacidade da indústria. Apenas sua escala significa que os conflitos pela tenência de terras não poderão se resolver em forma equitativa. Não existe um protocolo para a resolução dos problemas causados. No entanto o governo não se preocupa com o excesso de capacidade. Prefere manter a atenção no madeiro ilegal. "Esto tem suas repercussões", explicou Syumanda, "e muchos camponeses e agricultores foram para a cadeia por cortar árvores em seus sítios para cobrir suas próprias necessidades".

Todas as idéias relativas à reestruturação da indústria, com a inclusão da redução de seu tamanho, foram deixadas de lado pela necessidade de dinheiro rápido, que se utilizará pelo menos parcialmente, para pagar as elevadas dívidas da empresa. A dívida da APP, que atinge quase US\$ 14.000 milhões, é a maior entre as das empresas do sudeste asiático.

A violência, as violações aos direitos humanos, a poluição da água e do ar, os incêndios florestais e os alagamentos têm se convertido em moeda corrente para a indústria da celulose e do papel na Indonésia.

"Nós agora enfrentamos o próximo desafio", disse Syumanda. O governo programa estabelecer outros cinco milhões de hectares de plantações de acácia para polpa. Isto se soma aos planos de plantar dois milhões de hectares de dendezeiros no meio de Borneo e, talvez, outros oito milhões de hectares de dendezeiro distribuídos pelo arquipélago. "É uma loucura", concluiu Syumanda.

Durante a década de 70 o governo da Indonésia declarou 140 milhões de hectares de terras como florestas estatais, "estabelecendo desse modo o controle estatal sobre recursos florestais administrados tradicionalmente por decenas de milhares de comunidades locais", acrescentou Patrick Anderson, assessor sobre políticas de

WALHI. Do mesmo modo que com as concessões para o madeiro industrial, o governo entrega concessões à indústria da polpa e do papel sem levar em consideração quem mora ali nem quem tem usado tradicionalmente a floresta.

Uma das poucas regras que a indústria da polpa e do papel segue na Indonésia é que primeiro se constrói a fábrica de celulose e as plantações vêm depois. “Então, pelo menos durante os primeiros anos, enquanto se estabelecem as plantações e as árvores crescem, a fábrica utilizará as florestas naturais como matéria prima”, explicou Anderson.

Indonésia tem cerca de 50 milhões de indígenas e ao redor de 1.000 línguas diferentes. Embora teoricamente na Indonésia se reconhecem os direitos dos indígenas sobre sua terra, o governo não cumpre com suas leis que reconhecem os direitos consuetudinários. Agora que a indústria do contrachapado está decaindo devido à falta de árvores grandes, o governo está fazendo tudo o que puder para criar uma economia de exportação no setor da celulose e do papel.

Rivani Noor mencionou que em Sumatra simplesmente não há suficiente floresta para que a indústria da polpa continue se espalhando, por isso a APP tem começado operações de fábricas de celulose e plantações na China. O resultado é que as astilhas das florestas de Sumatra se exportarão para prover as operações da APP na China. A APP tem além disso uma nova concessão em Kalimantanão.

Existe a proposta de outras três novas fábricas de polpa para Kalimantanão. O grupo Korindo da Coreia do Sul tem realizado um estudo da factibilidade para uma fábrica de celulose e papel em Kalimantanão Central. Um grupo de investidores indianos e malaios apresentou perante o Ministério de Florestas uma proposta para construir uma fábrica de celulose e papel de US\$ 1.300 milhões. Se vai em frente, o projecto converterá cerca de 300.000 hectares de florestas em plantações. A empresa United Fibre Systems (UFS), com sede na Cingapura, tem um projecto em Kalimantanão do Sul e está procurando apoio financeiro europeu. UFS também está em processo de se apropriar de uma fábrica existente (Kiani Yertas) em Kalimantanão do Leste, com assessoria financeira do Deutsche Bank.

Desejando não limitar a destruição das florestas à ilha de Sumatra, a indústria da polpa e do papel está muito ocupada planejando sua expansão em Kalimantanão. Se assim o fizer, os resultados serão predecíveis e desastrosos para os povos e as florestas.

Por Chris Lang, correo-e: chrislang@t-online.de

- Uganda: A Fundação FACE, o conflito do carbono e a certificação do FSC

Em 1994, a Fundação FACE assinou um contrato com as autoridades ugandenses para plantar árvores em 25.000 hectares dentro do Parque Nacional do Monte Elgon em Uganda. A Fundação FACE está trabalhando com a Autoridade de Vida Selvagem de Uganda (UWA), que é responsável pelo manejo dos Parques Nacionais desse país.

A Fundação FACE (*Forests Absorbing Carbon Dioxide Emissions* -Florestas que Absorvem Emissões de Dióxido de Carbono) foi estabelecida em 1990 pelo conselho de

geração de eletricidade holandês com o fim de plantar árvores para absorver e armazenar carbono, supostamente para compensar as emissões de gases de efeito estufa de uma nova central elétrica a ser construída na Holanda.

O projeto UWA-FACE está plantando uma faixa de árvores de dois até três quilômetros de largura e de 211 quilômetros de comprimento, justamente dentro do limite do Parque Nacional do Monte Elgon. O projeto foi certificado pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) em março de 2002 como bem manejado, depois de avaliações em dezembro de 1999 e janeiro de 2002 pela SGS Qualifor. De acordo com o Sumário Público da SGS da avaliação, quando os avaliadores visitaram a área do Monte Elgom um pouco mais de 7.000 hectares tinham sido plantadas.

Fred Kizza, coordenador do projeto da Fundação FACE disse para Timothy Byakola da ONG ugandense Climate and Development Initiatives que o projeto tem melhorando a renda e os padrões de vida nas comunidades próximas à área do projeto. A SGS diz a mesma coisa: “O projeto tem fornecido volumes significativos de trabalho pago e capacitação para as comunidades vizinhas em uma área onde há muito poucas outras fontes de trabalho pago.” Mas os funcionários da prefeitura local disseram para Byakola que a maioria dos trabalhos são apenas durante o período de plantação e empregam muito poucas pessoas. O projeto tem subtraído o pouco que as comunidades locais tinham, disseram eles. Byakola informa que os materiais da floresta necessários para fins culturais e lenha são difíceis de obter. As pessoas já não preparam determinados alimentos como feijões que levam muito tempo de cocção. As cabras e vacas dos povoadores já não podem pastar na floresta. Em consequência, áreas próximas à floresta estão sujeitas a sobrepastoreio e vulneráveis à erosão do solo.

Quando o Monte Elgon foi declarado Parque Nacional em 1993, as pessoas que viviam dentro dos limites do Parque Nacional perderam todos seus direitos. O governo os expulsou do Parque, “sem a devida compensação, o que está totalmente contra a Constituição de Uganda” apontou Byakola.

O Sumário Público da SGS reconhece que há “disputas sobre os limites do parque em algumas áreas”. No entanto, de acordo com os avaliadores da SGS, “Os invasores nunca têm tido direitos para cultivar a terra e a UWA está legalmente autorizada para expulsar os ocupantes que estejam dentro dos limites.”

Os guardas-florestais da UWA recebem capacitação paramilitar ao preparar-se para suas funções. David Wakikona, Membro do Parlamento para o Condado de Manjiya disse para o New Vision em junho de 2004, “Os limites foram marcados unilateralmente, deslocando mais de 10.000 pessoas. O pessoal da Autoridade de Vida Selvagem que operam estão muito militarizados e têm matado mais de cinquenta pessoas. As pessoas sentem que o governo trata os animais melhor do que as pessoas.”

Em julho de 2002, uma equipe que trabalha na demarcação do limite do Parque fundou duas escolas e dois centros comerciais dentro do Parque. O administrador chefe da UWA da época, James Okonya, disse para o jornal ugandense New Vision que os invasores seriam despejados.

A SGS o aprovaria. O Sumário Público da SGS reconhece que para que o projeto da UWA-FACE continue, mais pessoas deverão ser despejadas. A SGS recomenda que “é

necessária maior velocidade para garantir que os despejos sejam levados a cabo com sucesso.”

No mesmo mês no que a FSC emitiu seu certificado, março de 2002, várias centenas de famílias foram obrigadas a acampar em um centro de operações comerciais depois de que a UWA as tivesse despejado de suas casas e terras no Parque Nacional do Monte Elgon. Apesar de terem vivido no Monte Elgon por mais de 40 anos, para os guardas-florestais armados da UWA, elas eram ocupantes sem direitos à terra. Os guardas-florestais destruíram casas e cultivos. As pessoas despejadas tiveram que procurar abrigo em vilas vizinhas. O New Vision informou que várias famílias estavam morando em mesquitas e cavernas. A UWA despejou mais de 500 famílias do Parque Nacional antes de que o Ministro de Comércio, Turismo e Indústria, Edward Rugumayo, ordenasse a detenção dos despejos.

O povo Benet (também conhecido como Ndorobo) é nativo do Monte Elgon. Tendo sido despejados em 1983 e em 1993, decidiram levar o governo para os tribunais para reclamar seus direitos à terra. Em agosto de 2003, a Uganda Land Alliance (Aliança de Terras de Uganda) iniciou uma ação contra o Promotor Geral e a Autoridade de Vida Selvagem de Uganda em representação dos Benet. Os Benet acusaram a Autoridade de Vida Selvagem de Uganda de acossá-los constantemente. Enquanto isso, o governo suspendeu todos os serviços de educação e saúde na área e proibiu que as pessoas fizessem alguma coisa com a terra.

Em outubro de 2005, o Juiz J. B. Katutsi decretou que os Benet “são habitantes históricos e indígenas das referidas áreas que foram declaradas Área de Vida Selvagem Protegida ou Parque Nacional.” Ele decretou que a área deveria ser colocada novamente sob proteção e que os Benet deveriam ser autorizados a viver em sua terra e continuar cultivando-a.

A SGS estabelece em seu Sumário Público que “O projeto não está plantando em áreas onde o limite está sob disputa e o projeto não está envolvido em qualquer disputa significativa.” Mas a Autoridade de Vida Selvagem de Uganda faz parte do projeto UWA-FACE. Simplesmente não é possível separar o ato de plantar árvores ao longo do limite do Parque Nacional do manejo do resto do Parque.

Em fevereiro de 2004, o New Vision informou que a polícia estava tendo prendido 45 pessoas “suspeitas de invadir o Parque Nacional do Monte Elgon e destruir 1.700 árvores”. As árvores foram plantadas em 1994 de acordo com o projeto da UWA-Fundação FACE.

Por Chris Lang, E-mail: chrislang@t-online.de

* "SOLUÇÕES CORPORATIVAS: PLANTAÇÕES PARA SEQUESTRAR
CARBONO E ÁRVORES GM

- O WRM e o Comércio do Carbono

Desde seu início em 1986, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais tem estado preocupado com a forma na que as florestas, a terra e as vidas dos povos rurais são afetadas pela produção industrial de uma grande variedade de mercadorias -soja, pasta de papel, petróleo, madeira, azeite de dendê, milho, bananas, café e muitas outras.

Portanto, foi oportuno que em meados da década de 90 o WRM começara a dar o alarme sobre outro mercado de exportação novo em folha que também poderia chegar a ter sérios efeitos sobre as florestas e os povos que dependem delas: o comércio da capacidade biológica de ciclagem de carbono.

De que forma esse “serviço ambiental” particular se transformou em um novo produto de exportação do Terceiro Mundo?

Grande parte da responsabilidade cabe ao Protocolo de Kyoto de 1997. Na superfície, o principal objetivo desse tratado sobre o clima das Nações Unidas era exigir a mais de 30 países do Norte reduzir suas emissões industriais de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa -geralmente reconhecidos hoje como a principal causa do aquecimento global- em aproximadamente cinco por cento para o ano 2012.

Mas de fato o acordo incentiva os países do Norte para evitar algumas dessas reduções através da plantação de árvores -em seu próprio território ou no território de outros países- ou dedicando-se a outros projetos “de compensação”.

A argumentação é que tomando o dióxido de carbono do ar e depositando o carbono nos troncos das árvores, as plantações produzem uma mercadoria climaticamente valiosa que pode ser vendida aos maiores usuários de combustível fóssil do mundo.

Os economistas e as empresas têm estado fazendo planos para esse comércio durante anos. Já a partir de 1989, consultores previdentes têm estado divulgando no mundo inteiro a promoção de projetos experimentais de florestamento para a absorção de carbono em países como a Guatemala, a Malásia e a Bolívia.

Depois de 1997, quando as tentativas de criar o novo mercado de mercadorias aceleraram-se no mundo inteiro, o WRM começou a tomar medidas mais sérias. Elaborando uma série de publicações e artigos do boletim do WRM que salientavam os prováveis efeitos ambientais e sociais nocivos de uma nova economia global de plantações para seqüestrar carbono, o WRM e sua rede ajudaram a formar uma aliança de muitas organizações não governamentais, grandes e pequenas, que estão contra os planos internacionais para fazer com que as terras do Sul sejam usadas como “sumidouros de carbono” baratos para o Norte industrializado.

Como acontece com muitas outras campanhas desse tipo, o sucesso foi somente parcial. Em 2001, em virtude do considerável ceticismo europeu, as partes do Protocolo de Kyoto aprovaram oficialmente o uso das plantações no Sul como sumidouros de carbono para o Norte.

Mas elas se abstiveram de permitir que os direitos de seqüestro de carbono nas florestas existentes no Sul fossem vendidos ao Norte. Além disso, os EUA decidiram não permitir que os créditos dos projetos de florestamento fossem trocados por emissões em seu Sistema de Comércio de Emissões dos EUA.

Além disso, como o WRM já tinha predito em 1999, os investidores em projetos de florestamento para seqüestro de carbono específicos começaram a sofrer maiores e maiores dores de cabeça ao enfrentar-se com a resistência popular e das ONG, bem como com a impossibilidade científica de evidenciar que porção dos projetos de biomassa de carbono realmente “salvam” durante suas breves e incertas vidas.

Em uma recente conferência corporativa sobre o comércio de carbono, por exemplo, um banqueiro privado europeu lamentou que sua firma tivesse ficado envolvida em uma proposta da companhia Plantar do Brasil apoiada pelo Banco Mundial, para gerar créditos de carbono de plantações e não ter trocado seu combustível industrial para produzir ferro gusa, do carvão das plantações para carvão mineral (vide Boletins do WRM 60 e 92). “Encontramos uma grande tormenta” lamentou o banqueiro. “Atiraram-nos muitas ... pedras. Foi como cair em um córrego cheio de piranhas.”

No entanto, para muitas pessoas a idéia do florestamento para o seqüestro de carbono continua sendo sedutora. Muitas companhias de plantação industrial ainda estão esperando vender créditos de carbono para completar suas finanças. O Banco Mundial continua apoiando esquemas bióticos através de seus fundos de carbono. As corporações e as grandes ONG de conservação sediadas em Washington estão promovendo projetos que incentivariam as comunidades locais ou os governos nacionais para vender direitos relacionados com o carbono seqüestrado por suas florestas às a corporações poluidoras.

Tudo isso envolve muitos desafios estratégicos para o WRM e seus aliados.

Por exemplo, que conselho poderia ser compartilhado com as comunidades, particularmente na América Latina, que estão tentadas pelo que parece dinheiro fácil por continuar cuidando suas próprias florestas? Quais são as melhores formas de incentivar a discussão entre comunidades e governos sobre as seguintes conseqüências:

- Invasões de advogados, consultores, contadores e complicados contratos com os que as comunidades deverão lidar?
- Novas normas que outorgarão às companhias direitos de propriedade privada ao carbono nas florestas comunitárias e poderão restringir o uso das florestas?
- Baixos preços que as comunidades obterão por seu carbono?
- Conflitos políticos que podem ser provocados com outras comunidades que estão pugnando a extração de combustível fóssil ou a poluição que a venda dos créditos de carbono do florestamento incentiva?
- Expansão das economias locais de intercâmbio?

Outro assunto é a função que o WRM e outras redes similares deveriam ter em movimentos mais amplos preocupados com a mudança climática e outros problemas sociais e ambientais.

A função pioneira do WRM na impugnação do comércio de carbono -cumprida em grande parte pela iniciativa Sinks Watch associada com seu escritório do Norte- estava baseada em grande parte em críticas concretas do florestamento para seqüestro de carbono e das instituições que o promovem, desde o Banco Mundial até as companhias

plantadoras e as consultorias técnicas intelectualmente corruptas, bem como a experiência de comunidades rurais locais específicas.

Mas no tempo, como é às vezes o caso, esse trabalho se tem transformado em inseparável daquele dos movimentos com preocupações mais amplas ou mais diversas.

Por exemplo, os contatos mais próximos com grupos preocupados com o mercado do carbono no todo, que inclui o comércio em emissões e em créditos de projetos não florestais, têm virado inevitáveis. Eles incluem organizações como Carbon Trade Watch e Clean Development Mechanism Watch.

Também têm resultado vínculos mais estreitos com grupos preocupados com a exploração do combustível fóssil e os direitos das terras indígenas (como Oilwatch e Indigenous Environmental Network); com enfoques de mercado a outros problemas ambientais; com a poluição industrial; e com o neoliberalismo e as tendências antidemocráticas de forma mais geral. Desde 2003, os afiliados do WRM têm participado em reuniões de desenvolvimento de redes internacionais sobre o comércio de carbono no Reino Unido, na África do Sul, na Argentina, no Brasil e em Montreal, em todos os quais os assuntos da “floresta” tem tido apenas uma parte. Prevêem-se mais reuniões para a Índia e outros lugares em 2006.

A análise comum dos mercados ambientais e novas tendências em investimento internacional se tem ampliado da mesma forma que as alianças. Cada vez mais claramente, o trabalho do WRM sobre o comércio de carbono, enquanto permanece enraizado nas lutas locais, se tem transformado -como seus outros trabalhos- em parte de uma busca mais ampla de alternativas sociais e políticas que se estende bem além dos assuntos relacionados com as florestas e a terra.

E ao mesmo tempo que o WRM desenvolve novas alianças com movimentos de justiça social e grupos não especificamente relacionados com as florestas, está sendo forçado a desenvolver novas estratégias para enfrentar as ONG “orientadas para as florestas” que não compartilham sua experiência e visão social geral. Essas ONG incluem não apenas os que apóiam os projetos corporativos ou colonialistas de “compensação” de carbono como Conservation International e The Nature Conservancy, mas também entusiastas do comércio de carbono como o WWF e Greenpeace.

Por Larry Lohmann, The Corner House, E-mail: larrylohmann@gn.apc.org

- Árvores GM na reunião em Vitória

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) denuncia testes de campo ao ar livre com árvores GM em 16 países do mundo inteiro. Apesar de que a maioria estão localizados nos EUA, os outros estão na França, na Alemanha, na Grã Bretanha, na Espanha, em Portugal, na Finlândia, na Suécia, no Canadá, na Austrália, na Índia, na África do Sul, na Indonésia, no Chile e no Brasil. A China é o único país que se sabe que tem desenvolvido plantações comerciais de árvores GM, com bem mais de um milhão de árvores plantadas em dez províncias.

A maioria da pesquisa está focalizada em álamos (47%), pinus (19%) e eucaliptos (7%). As principais características estudadas são tolerância a herbicidas, resistência a insetos, química da madeira (incluindo a redução do conteúdo de lignina) e a fertilidade.

Os impactos sociais e ambientais projetados da liberação das árvores GM em nível comercial, incluem a crescente conversão de florestas nativas para plantações; o maior uso de herbicidas e pesticidas tóxicos e a perda de flora e fauna silvestres e fontes de água. Além disso, prevê-se que a contaminação das florestas nativas com pólen modificado de árvores GM, cause impactos tais como maior suscetibilidade das florestas nativas a doenças, insetos e estresses ambientais como vento e frio; perturbação dos ecossistemas florestais que dependem de insetos; exacerbação do aquecimento global devido a maior mortalidade de florestas; e perda de alimentos, remédios, combustíveis e culturas tradicionais baseados nas florestas. Cientistas da Universidade de Duke em North Carolina nos EUA têm criado modelos de pólen que demonstram que o pólen das árvores viaja mais de 1.000 quilômetros. Como os cientistas admitem que é impossível garantir 100% de esterilidade nas árvores GM, se as árvores GM forem liberadas no meio ambiente, a ampla contaminação das florestas nativas não poderá ser evitada.

Com a exceção da China, o avanço mais rápido para a comercialização de árvores GM parece estar acontecendo nas Américas: nos EUA, no Chile e no Brasil.

No Chile, está levando-se a cabo pesquisa sobre pinus radiata para modificá-lo com o objetivo de que seja resistente a insetos, inserindo o gene para a produção de Bt (*Bacillus thuringiensis*). As plantações de pinus atualmente abrangem 80% das plantações do Chile e a área de terra coberta por plantações no Chile continua crescendo. A indústria no Chile tem projetado uma liberação de pinus radiata Bt para 2008. A Monsanto Corporation predisse que o Chile seria o primeiro país que comercializaria árvores GM, apesar de que a China tem ganhado essa carreira. Como muitas das plantações do Chile estão concentradas nas terras tradicionais dos Mapuche, há vastos problemas de saúde nas comunidades Mapuche devido aos produtos químicos usados nas plantações e também devido à muito grande polinização das plantações de pinus, que cercam completamente algumas vilas Mapuche. A introdução de pinus Bt nessas plantações exacerbará muito esses problemas de saúde.

No Brasil, a Aracruz Celulose e a Suzano estão envolvidas em pesquisa de árvores GM. A Suzano, que maneja mais de 3.000 quilômetros quadrados de florestas para extração de madeira no Brasil está associada com a CBD Technologies, sediada no Israel, em um projeto para aumentar a taxa de crescimento das árvores de eucalipto. “As árvores de eucalipto comuns são geralmente cortadas depois de sete anos, durante os quais crescem até 20 metros. As árvores tratadas com a CBD podem atingir essa altura em 3 anos ou menos” disse o Dr. Seymour Hirsch, Diretor Geral da CBD Technologies. A CBD e a Suzano planejam estabelecer uma companhia conjunta para comercializar seu eucalipto GM, depois de completar seus ensaios de campo. A CBD também insiste em que suas árvores GM de crescimento rápido ajudarão a deter o aquecimento global. “Uma floresta de uma hectare consome 10 toneladas de carbono anualmente do CO₂ que as árvores respiram. Logicamente uma floresta que cresce duas vezes mais rápido consome duas vezes mais e contribui com a redução do buraco na camada de ozônio.” [sic]

A International Paper, que possui 200.000 hectares de terras no Brasil, também está envolvida nos testes com árvores GM ali. Além disso, a IP é sócia na Arborgen, a principal companhia de árvores GM do mundo. As outras duas sócias são a Rubicon, sediada na Nova Zelândia, e a MeadWestvaco, sediada nos EUA. A Arborgen anunciou recentemente que estava virando da pesquisa e do desenvolvimento para o mercado. Especificamente, o porta-voz Dawn Parks disse que a Arborgen procurará contratar um punhado de engenheiros e trabalhadores de produção para desenhar e operar maquinário capaz de produzir maiores volumes das mudas alteradas no laboratório que a firma tem desenvolvido.

A Arborgen, sediada em Summerville, North Carolina, no sudeste dos EUA, está focalizando grande parte de sua atenção nos eucaliptos no Brasil, que a Arborgen considera sua “mais importante geografia”. A Arborgen tem estabelecido um escritório brasileiro e antes tinha projetado que estaria fazendo testes de campo completos no Brasil para o ano 2005 em terras de clientes.

Em 2002 a Arborgen contratou a antiga executiva da Monsanto Barbara H. Wells como sua nova diretora geral. Ela tinha sido a vice-presidenta para a América Latina da Emergent Genetics e antes disso, ela tinha sido gerente comercial de biotecnologia no Brasil, o que pode explicar a razão pela que a Arborgen deslocou seus ensaios de campo da Nova Zelândia para o Brasil depois de que Wells se uniu à companhia.

A Arborgen está trabalhando para desenvolver eucaliptos com “polpação melhorada” [isto é, com pouca lignina] bem como um eucalipto tolerante ao frio. O desenvolvimento do eucalipto tolerante ao frio é de interesse para plantações tanto no Chile quanto no Sudeste dos EUA.

O Diretor Geral da Rubicon, Luke Moriarity em sua comunicação de julho de 2005 aos acionistas enfatizou a função fundamental do Brasil na comercialização pela Arborgen das árvores GM. Ele enfatizou o potencial das plantações de eucalipto GM com baixa lignina no Brasil “...reduzindo o volume de lignina realmente produzido pela própria árvore, é possível atingir uma enorme redução no custo total da polpação da madeira. É possível esperar que os operadores de polpa paguem um prêmio significativo por estoques de árvores bem sucedidos com baixa lignina.”

Ele continuou calculando o lucro potencial que poderia ser obtido, “o valor gerado anualmente para o fornecedor de estoques de árvores é [projeta-se que será] de aproximadamente 38 milhões de dólares dos EUA depois de deduzidos os impostos. Repetir esse nível de vendas ano trás ano, sem qualquer crescimento assumido em uma porção de mercado, ou penetração em outros mercados, se traduz em um valor para este único produto de aproximadamente 475 milhões de dólares dos EUA depois de deduzidos os impostos.”

Ele continuou nesse tom, “no entanto, quando a gente começa a olhar as possibilidades mais de perto é possível ver que o valor potencial é realmente grande. Mais parecido com a saúde humana, apesar de que com mais baixo perfil, a venda anual de unidades de mudas florestais está bem nos bilhões, se repete todo ano e se estende sobre o globo. E ao contrário da saúde humana, quando a concorrência é intensa, não há competidores globais para a ArborGen nesse espaço. Logicamente, a ArborGen ainda está longe de vender produtos comerciais, portanto naturalmente o mercado de ações desconta

bastante agressivamente esse valor prospectivo atualmente. No entanto, como o quadro atrás de mim mostra, à medida que a ArborGen continue com sucesso pelo caminho da comercialização - como o tem feito até a presente data - podemos esperar que esse desconto da “comercialização” diminua e por consequência o valor da ArborGen aumente.”

Em conclusão ele disse, “Portanto espero que isso mostre a natureza deste empreendimento e lhe forneça idéia sobre seu grande potencial. Como diz o provérbio - “é só questão de tempo”

Os pesquisadores que trabalham na modificação genética das árvores, ao serem perguntados por suas opiniões sobre os riscos associados com as árvores GM, apresentam as seguintes preocupações mais frequentemente: a ameaça ambiental de escape de pólen ou plantas GM nos ecossistemas e florestas nativas e seus impactos em espécies não atingidas; e as percepções públicas negativas das árvores GM. Essa bem fundada preocupação sobre a reação pública a respeito das árvores GM fornece uma importante abertura estratégica para a campanha para deter as árvores GM.

Nos EUA e no Canadá, treze organizações nacionais, regionais e locais se têm reunido na STOP GE Trees Campaign, cujo objetivo é proibir as árvores submetidas a engenharia genética. Para atingir esse objetivo, o grupo desenvolve dissuasivos econômicos, pressão social e barreiras legais contra as árvores GM. Suas atividades incluem educação pública, organização comunitária, contato com a mídia e distribuição de um novo vídeo documentário sobre árvores GM, A Silent Forest: The Growing Threat, Genetically Engineered Trees Narrado pelo Dr. David Suzuki.

O Global Justice Ecology Project também está chegando a organizações e movimentos do mundo inteiro que estão lutando contra as plantações em regiões onde está levando-se a cabo pesquisa e desenvolvimento de organismos GM, com o fim de fornecer informação sobre essa ameaça e oferecer apoio para os esforços para evitar a introdução das árvores GM nas plantações. O GJEP tem estabelecido seu primeiro programa piloto no Chile com o grupo Mapuche Konapewman que coordena esforços para reaver as terras tradicionais Mapuche e opor-se a ameaças como as plantações madeireiras com fins industriais e árvores GM. O GJEP planeja usar as experiências desse programa piloto em seu esforço para chegar a mais comunidades e grupos em outras regiões ameaçadas pelas árvores GM.

Em nível internacional, os protetores das florestas contra as árvores GM têm falado em reuniões das Nações Unidas do mundo inteiro sobre a ameaça das árvores GM. Grupos como o Peoples Forest Forum da Finlândia, Global Justice Ecology Project dos EUA, World Rainforest Movement e Friends of the Earth International têm falado no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, tanto na Genebra quanto na cidade de Nova Iorque para informar os representantes dos perigos que envolvem as árvores GM para as florestas nativas do mundo inteiro.

No entanto, com pouca ou nenhuma indicação de ajuda, nem do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas nem da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática), a campanha internacional contra as árvores GM está agora dirigindo-se à Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB) para

ver que tipo de regulamentos internacionais sobre árvores GM poderiam ser atingidos através da CDB.

Até a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação parece estar em favor desses regulamentos internacionais. Seu relatório de 2005 sobre árvores GM conclui que,

“as novas biotecnologias, em particular a modificação genética, gera preocupação. Evidentemente, muitas perguntas ficam sem respostas tanto para os cultivos agrícolas quanto para as árvores, e em particular as relacionadas com o impacto dos cultivos GM sobre o meio ambiente. Em virtude de que a modificação genética em árvores já está entrando na fase comercial com os populus GM na China, é muito importante que os estudos de avaliação do risco ambiental sejam realizados de acordo com protocolos e metodologias convindas em nível nacional e em nível internacional. Também é importante que os resultados desses estudos estejam amplamente disponíveis.”

O geneticista reconhecido em nível internacional, Dr. David Suzuki, aponta que,

“Não temos qualquer controle sobre o movimento de insetos, pássaros e mamíferos, vento e chuva que levam pólen. As árvores GM, com o potencial de conduzir por centenas de milhas pólen que leva genes para características que incluem resistência a insetos, resistência a herbicidas, esterilidade e menos lignina, têm portanto o potencial de causar estragos nas florestas nativas do mundo inteiro. As árvores GM poderiam também ter um impacto na flora e fauna silvestres, bem como nas comunidades rurais e indígenas que dependem das florestas nativas intatas para sua alimentação, abrigo, água, meios de vida e práticas culturais.

“Como geneticista, acredito que há muitos aspectos desconhecidos e perguntas sem respostas a respeito do cultivo de plantas modificadas geneticamente -sejam cultivos de alimentos ou árvores- ao ar livre. As árvores GM não deveriam ser liberadas no meio ambiente em plantações comerciais e qualquer campo de testes ao ar livre ou plantações existentes deveriam ser removidas.”

Por Orin Langelle e Anne Petermann, Global Justice Ecology Project, e-mail: globalecology@gmavt.net

* VINCULAÇÃO A OS DIREITOS DOS POVOS DEPENDENTES DAS FLORESTAS

- A Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas: ligar a luta contra as plantações aos usos locais alternativos das florestas

A Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre (MPA) para as Florestas tem o objetivo de servir como plataforma para reunir forças e desenvolver solidariedade entre atores que trabalham em uma ampla variedade de assuntos relacionados com a justiça social e ambiental e as florestas. Como a globalização econômica está afetando cada vez mais as comunidades locais, a necessidade de criar um movimento global para garantir os direitos das pessoas e a conservação das florestas se tem transformado em um

imperativo que uma série de participantes do Fórum Social Mundial decidiram colocar em movimento. Esse movimento jovem e diverso que atualmente abrange aproximadamente 80 organizações, redes e pessoas, apóia todos os níveis de resistência contra as plantações. Embora as plantações não são florestas, o paradigma conceptual e a realidade operacional das plantações de monoculturas de árvores em grande escala são antitéticas à luta para garantir os direitos das pessoas e a conservação das florestas. Portanto, a luta contra o desenvolvimento desse tipo de plantações faz parte essencial da luta pelos direitos comunitários sobre as terras de florestas.

Durante a reunião internacional sobre plantações realizada em Vitória, Brasil, sobre o desenvolvimento do apoio para as comunidades locais contra as plantações de árvores em grande escala e as árvores geneticamente modificadas (GM), a importância da luta contra as plantações para o movimento pelos direitos das pessoas foi sublinhada em diferentes ocasiões. Diferentes membros desse movimento (FASE, FOE-CR, WRM, WALHI, Rede Alerta contra o Deserto Verde, Acción Ecológica) que participaram, foram testemunhas de uma grande variedade de denúncias realizadas pelos povos indígenas, comunidades locais e sem terra, organizações internacionais e incluindo muitos outros países, sobre as profundas violações aos direitos humanos e comunitários que envolvem as plantações. Além disso, os devastadores efeitos das plantações sobre a biodiversidade da flora e da fauna, a água e os solos forneceram uma constante incessantemente repetitiva em todos os casos específicos de países analisados e nas experiências locais relatadas.

Os princípios 1 e 2 da Iniciativa de MPA para as Florestas estabelecem que “As comunidades que vivem nas florestas e dependem delas para satisfazer suas necessidades de sobrevivência são as verdadeiras protetoras e governantes dessas florestas e a proteção das florestas exige que seus direitos sejam garantidos”. Como o Movimento contra o Deserto Verde do Brasil salientou, as plantações nos Estados do Espírito Santo e no Sul da Bahia têm transformado terras férteis, antigamente produtoras de alimentos, em desertos verdes de eucalipto, que no processo expulsam muitas comunidades e povos. Esse conflito sobre a terra causado pela vasta intervenção na paisagem regional pelas plantações de propriedade de companhias como a Aracruz Celulose, a Suzano e a Veracel, está agora em uma etapa inspiradora, onde as comunidades locais estão iniciando seus próprios processos para reaver suas terras e direitos para poder sobreviver. O movimento de Mumbai - Porto Alegre apóia totalmente as lutas dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das comunidades dos sem terra contra as plantações.

A Iniciativa de MPA para as Florestas está contra a transformação da natureza em mercancia (Princípio 12), como fica evidenciado pela tentativa reducionista de considerar a propriedade de absorção de carbono das árvores como a principal função desse organismo e utilizá-la como uma justificação para o maior desenvolvimento das plantações.

A função que os governos podem e deveriam ter nesse sentido é proteger os interesses de todos os cidadãos dentro de seu território, assegurando-se que todas as pessoas e comunidades enfrentem um meio ambiente que seja conducente e incentive a própria participação e a própria articulação das necessidades e requisitos (Princípios 5 e 6). Lamentavelmente, como caso trás caso evidencia, os governos às vezes têm uma função

catalítica na promoção do desenvolvimento das plantações e no desempoderamento das populações locais a respeito dos interesses corporativos.

Um assunto comum que aparece freqüentemente e que os estudos de casos examinados compartilham é o envolvimento sistemático do Banco Mundial, do FMI, da OMC e de outras instituições financeiras internacionais na promoção e financiamento de plantações no mundo inteiro. O movimento de Mumbai - Porto Alegre pelos direitos das pessoas que leva em conta as longas histórias de destruição humana e ambiental desses atores se opõe a qualquer envolvimento deles em políticas ou projetos que promovam o desenvolvimento das plantações. (Princípio 11)

A Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas também é importante para a luta contra as plantações porque fornece uma visão das alternativas que poderiam ser benéficas, tanto para as comunidades locais quanto para os ecossistemas das florestas. Esses mecanismos institucionais para o controle social pelas comunidades locais sobre as florestas ou outras terras de usos convertidos precisam evoluir de acordo com as necessidades de cada e toda comunidade e as características ecológicas dos ecossistemas locais e regionais nos que vivem (Princípio 3). As alternativas para o modelo de florestamento industrial que são desenvolvidas e implementadas pelas próprias comunidades locais, desafiam profundamente a essência do modelo que gera as monoculturas de árvores com o mesmo vigor com o que faz monoculturas da mente, já que colocam as necessidades dos povos locais de novo no centro de importância sobre seu futuro e a conservação de suas florestas.

A destruição das florestas e sua substituição por plantações resulta em impactos diferenciados para as mulheres e é portanto necessário reconhecer “o papel histórico e a contribuição positiva das mulheres quanto ao governo e cuidado das florestas” bem como garantir “sua participação integral na tomada de decisões” (Princípio 4).

A luta para garantir os direitos dos povos locais sobre suas terras e a conservação do ecossistema das florestas está estreitamente ligada à luta contra as plantações. A Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas pode fornecer um nexos entre essas lutas e outras relacionadas com as florestas e direitos dos povos que dependem delas, unindo-os em base comum ideológica e política, facilitando o intercâmbio de experiências, promovendo a adoção de estratégias comuns, e garantindo a retroalimentação sobre boas práticas.

Apelamos para todos vocês para se unam a esse processo.

O texto completo da Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas pode ser acessado em: <http://www.wrm.org.uy/declaraciones/Mumbai/MumbaiPA2.html>

Se você quiser mostrar sua solidariedade com os princípios do movimento ou quiser receber mais informação, envie um e-mail para: antonis@wrm.org.uy

Por Antonis Diamantidis, Iniciativa de Mumbai - Porto Alegre para as Florestas, e-mail: antonisdiamantidis@gmail.com

* A DECLARAÇÃO DE VITÓRIA

- A Declaração de Vitória em Apoio às Lutas dos Povos Locais Contra Plantações de Árvores em Grande Escala

A seguinte Declaração foi emitida em 24/11/05 em Vitória, Espírito Santo, Brasil, em uma reunião internacional para consolidar o apoio às comunidades locais contra as plantações de árvores em grande escala e contra as árvores geneticamente modificadas. A reunião foi co-patrocinada pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, FASE-ES e o Projeto Global Justice Ecology.

O nome da cidade de Vitória, no Brasil, deriva da “vitória” dos portugueses colonialistas contra os habitantes indígenas originais da terra. Atualmente, o mesmo nome tem um significado totalmente diferente. Os indígenas Tupinikim e Guarani têm retomado as terras que lhes foram roubadas pela gigante corporação de fábricas de celulose Aracruz Celulose. Outras comunidades locais e organizações da sociedade civil que, através da união na luta têm debilitado o poder da companhia, se têm unido à luta contra a companhia e suas fábricas. Portanto, se têm transformado em um símbolo de vitória para os povos do mundo inteiro que estão lutando contra corporações similares.

Os povos do mundo inteiro também estão unindo-se em nível local, nacional e internacional, para pressionar sobre as plantações de árvores em grande escala que têm estado privando-os de seus meios de vida e destruindo suas terras.

Essas lutas nos reuniram em Vitória, Espírito Santo, Brasil, para fortalecer os movimentos dos povos locais contra corporações que estão promovendo as plantações de monoculturas de árvores em grande escala.

Com esse objetivo:

Apoiamos as lutas dos povos locais pelos direitos à terra e acesso à terra

Apoiamos a lutas dos povos locais que estão defendendo seu direito à água, biodiversidade, solos, alimentos, remédios, combustível, etc. que provêm da terra.

Apoiamos as lutas dos povos locais por autonomia e autodeterminação.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra as plantações para pasta de madeira e fábricas de celulose.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra as plantações de dendezeiros.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra as plantações como sumidouros de carbono.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra as plantações de biomassa.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra a certificação de plantações de árvores em grande escala.

Apoiamos as lutas dos povos locais contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e a oposição contra a introdução de árvores geneticamente modificadas que exacerbariam muito os impactos sobre as comunidades locais das plantações de árvores em grande escala. Portanto, fazemos uma convocação para uma proibição global da liberação de árvores geneticamente modificadas no meio ambiente.

As plantações de árvores em grande escala, sejam geneticamente modificadas ou não, são o resultado final de uma série de mecanismos econômicos globais colocados em cena por uma série de atores internacionais que fazem com que seja possível para as corporações, assumir o controle das terras, da água e da biodiversidade dos povos, com o fim de aumentar os lucros. Além das corporações da celulose e do papel, as instituições internacionais que trabalham para debilitar os povos locais em favor dos lucros corporativos e do modelo neoliberal incluem Instituições Financeiras Internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento; organizações como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação; bancos comerciais; e consultoras em florestamento, todas as quais atuam com o apoio de governos nacionais.

Portanto exigimos que os governos nacionais acabem com esse destruidor modelo e atuem para apoiar os direitos e meios de vida dos povos locais, em vez de subjugar-los.

Convocamos os povos do mundo para que se unam às lutas dos povos locais que estão defendendo seus direitos, terras, água e biodiversidade.

Veja a lista dos signatários no Web site de WRM, sob "Declaraciones"